NOTAS EXPLICATIVAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS

2021

Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF)

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f319

SUMÁRIO

1- Informações Gerais 4

2 - Resumo das Políticas Contábeis Significativas 6

3 - Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis 8

3.1 – Balanço Orçamentário 8

3.1.1 - Previsão Inicial 8

3.1.2 - Previsão Atualizada 8

3.1.3 - Receita Realizada 8

3.1.4 - Dotação Inicial 9

3.1.5 - Dotação Atualizada 9

3.1.6 - Despesa Empenhada 9

3.1.7 - Despesa Liquidada 9

3.1.8 - Despesa Paga 10

3.2 – Balanço Financeiro 11

3.2.1 - Receita Orçamentária 11

3.2.1.1 - Receita Ordinária 11

3.2.1.2 - Receita Vinculada 12

3.2.2 - Transferências Financeiras Recebidas 12

3.2.3 - Recebimentos Extraorçamentários 13

3.2.4 - Despesa Orçamentária 14

3.2.5 - Transferências Financeiras Concedidas 15

3.2.6 - Pagamentos Extraorçamentários 15

3.3 - Balanço Patrimonial 16

3.3.1 - Ativo Circulante 16

3.3.1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa 16

3.3.1.2 - Créditos a Curto Prazo 16

3.3.1.3 - Estoques 18

3.3.1.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente 18

3.3.2 - Ativo Não Circulante 19

3.3.2.1 - Investimentos 19

3.3.2.2 - Imobilizado 19

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a015f319

3.3.2.3 - Intangível
3.3.3 - Passivo Circulante 22
3.3.3.1 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo 22
3.3.3.2 - Fornecedores 22
3.3.3.3 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo 22
3.3.3.4 - Provisões a Curto Prazo 22
3.3.3.5 - Demais Obrigações a Curto Prazo 22
3.3.4 - Passivo Não Circulante 22
3.3.4.1 - Provisões a Longo Prazo 22
3.3.5 - Patrimônio Líquido 22
3.3.6 - Atos Potenciais 23
3.3.7 - Superávit Financeiro 23
3.4 - Demonstração das Variações Patrimoniais 26
3.4.1 - Variação Patrimonial Aumentativa 26
3.4.1.1 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos 26
3.4.1.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras 27
3.4.1.3 - Transferências e Delegações Recebidas 27
3.4.1.4 - Ganhos com Ativos 27
3.4.1.5 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas 28
3.4.2 - Variação Patrimonial Diminutiva 28
3.4.2.1 - Pessoal e Encargos 28
3.4.2.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais 29
3.4.2.3 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo 29
3.4.2.4 - Transferências e Delegações Concedidas 30
3.4.2.5 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos 30
3.4.2.6 - Tributárias 30
3.4.2.7 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas 31
3.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa 31
3.5.1 - Fluxo de Caixa Operacional 31
3.5.2 - Fluxo de Caixa de Investimento 32
3.5.3 - Fluxo de Caixa de Financiamento 32
4.0 Encerramento **33**

Documento Assinado Digitalmente por: RANDI SOMBRANO DOS SANTOS ANDRADE, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 02561044-1b11-436a-aecd-3449a019f315

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021
RESOLUÇÃO TC nº 148, DE 01/12/2021 ANEXO VIII - ITEM 16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Documento Assinado Digitalmente por: SANDRA MARIA DE ALMEIDA RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0a6f7ffa-1b11-436a-aecd-3449a019f31d

1- Informações Gerais

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, órgão de controle externo, integrante da Administração Pública do Estado de Pernambuco, com autonomia administrativo-financeira assegurada pela Constituição Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.435.633/0001-49, com sede localizada na Rua da Aurora, nº 885, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50.050-910 exerce o controle externo da Administração Pública, auxiliando os Poderes Legislativos Estadual e Municipais, e tem como funções: julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e das suas entidades da administração indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Estadual e Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Estadual ou Municipal. Exerce também a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos Poderes Estadual e Municipais.

2 - Resumo das Políticas Contábeis Significativas

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às práticas da contabilidade pública adotadas no Brasil, lastreadas pela Lei Federal nº 4.320/64. Os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixas foram elaborados em novos modelos, com base nas orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, publicadas pela STN.

As Instruções de Procedimentos Contábeis são publicações de caráter técnico e orientador, com o objetivo de dar o suporte aos profissionais de contabilidade a partir da adoção das novas práticas contábeis aplicadas ao Setor Público, em cumprimento à Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (8ª Edição).

As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

2.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades constantes nas contas Caixa e Equivalentes de Caixa são avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são demonstradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. As aplicações financeiras são indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"), com prazo de vencimento inferior a 360 dias.

2.2 - Créditos e Valores a Curto Prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar referentes aos adiantamentos concedidos pelo TCE-PE, valores a serem ressarcidos por outras Instituições Públicas em decorrência da cessão de pessoal e dos créditos a receber resultantes de imputação de multas a gestores públicos e respectiva estimativa de perdas. Os riscos de recebimentos de dívidas são estimados e reconhecidos em contas de ajustes, as quais se apresentam como redutoras das contas originais. Os Ajustes de Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídos pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. As constituições e atualizações de ajustes são refletidas em contas de variações patrimoniais.

2.3 - Estoques

Os bens são registrados com base no valor de aquisição/produção. Referem-se aos bens de consumo utilizados nas atividades operacionais e administrativas do TCE-PE. Já o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o artigo 106, inciso III da Lei 4.320/64.

2.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Representam os valores registrados neste grupo de contas que serão apropriados às Variações Patrimoniais Diminutivas nos períodos subsequentes, pela ocorrência dos respectivos fatos geradores, de acordo com o Princípio da Competência.

2.5 - Investimentos

Os investimentos permanentes mantidos pelo TCE-PE são mensurados pelo custo de aquisição, tendo em vista que o TCE-PE não exerce influência significativa na administração das empresas investidas.

2.6 - Imobilizado

O ativo imobilizado, composto pelos bens móveis e imóveis, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção e reavaliação, deduzido da depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

As taxas utilizadas para depreciação são as seguintes:

Descrição – Bens Móveis	Taxa de Depreciação
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	20%
Bens de Informática	20%
Móveis e Utensílios	10%
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	20%
Veículos	20%

Para os veículos, o TCE-PE adota uma taxa de valor residual de 20%. Já em relação aos demais bens móveis, estes são totalmente depreciáveis.

Em relação aos bens imóveis, devido à reavaliação das edificações, cada imóvel tem sua própria taxa de depreciação, de acordo com o respectivo laudo de reavaliação.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDÃO RAMOS, Andre Felicio Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://cicero.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 02561048-1b11-436a-aecd-3449a0f3d3f3

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 02561044-1b11-436a-aecd-3449a019f319

2.7 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos por produção própria, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, deduzido da amortização acumulada, cujo cálculo é feito com base no tempo de utilização do respectivo bem.

Ativos intangíveis desenvolvidos internamente não são incorporados no ativo, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

2.8 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de contribuição previdenciária patronal para o Regime Próprio de Previdência do Estado de Pernambuco (FUNAFIN - Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco), bem como para Regime Geral de Previdência - INSS, além das férias a pagar e obrigações financeiras com licença-prêmio a pagar.

2.9 - Fornecedores, Contas a Pagar e Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas até as datas dos balanços.

2.10 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de eventos passados e decorrentes de retenções junto à Folha de Pagamentos dos servidores e das obrigações junto aos fornecedores, feitas pelo TCE-PE em favor de terceiros.

2.11 - Provisões Sobre Folha de Pagamento

Correspondem ao reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de direitos legais e respectivos encargos, proporcionalmente ao período a que faz jus cada servidor público. A segregação em circulante e não circulante é feita por estimativa, levando em consideração a média dos três últimos exercícios.

---

3 - Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis

---

3.1 – Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as receitas e despesas realizadas do TCE-PE em relação ao exercício de 2021.

As receitas orçamentárias são reconhecidas quando arrecadadas, enquanto as despesas orçamentárias são reconhecidas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal e classificadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 8ª Edição), editado pela

Secretaria do Tesouro Nacional, que trata dos aspectos orçamentários.

As receitas previstas e as despesas fixadas representam o orçamento inicial e estão em conformidade com a Lei Orçamentária Anual.

As receitas realizadas compreendem as receitas patrimoniais decorrentes de aplicações financeiras, outras receitas correntes, entre elas as advindas de multas administrativas ocorridas no exercício. Cabe esclarecer que o Balanço Orçamentário ora publicado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo.

As despesas realizadas representam o orçamento inicial com as alterações ocorridas no período, por meio de créditos adicionais e dos remanejamentos orçamentários, compreendendo aquelas empenhadas, liquidadas e pagas, por categoria econômica.

O Balanço Orçamentário do TCE-PE é parte integrante da consolidação geral realizada pelo Estado, aliada ao fato de que a grande relevância da execução orçamentária é operacionalizada através de repasses ocorridos pelo governo, acarretando desequilíbrio e déficit orçamentário no demonstrativo obtido no sistema e-Fisco. Segundo o MCASP (8ª Edição), os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Neste sentido, para permitir uma visualização adequada das previsões e dotações orçamentárias iniciais e suas respectivas atualizações, apresentamos a análise do Balanço Orçamentário ajustado que se encontra em anexo a presente prestação de contas.

3.1.1 - Previsão Inicial

Segundo o MCASP (8ª Edição), a Previsão Inicial demonstra os valores das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da previsão inicial da receita orçamentária.

Previsão Inicial	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Receitas Correntes	**6.406.500,00**	**7.827.100,00**	-18,15%
Receita Patrimonial	4.286.400,00	5.820.100,00	-26,35%
Receita de Serviços	10.600,00	22.400,00	-52,68%
Outras Receitas Correntes	2.109.500,00	1.984.600,00	6,29%
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	**6.406.500,00**	**7.827.100,00**	**-18,15%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.1.2 - Previsão Atualizada

Segundo o MCASP (8ª Edição), a Previsão Atualizada demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita. A reestimativa da receita (R$ 4.000.000,00) foi decorrente da abertura de Crédito Suplementar (Decreto nº 50.471, de 26 de março de 2021). Os recursos para abertura deste crédito adicional foram provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON RAMOS DE ARAUJO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://pje.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código de verificação do documento: 02561b8a-1511-436a-aecd-3448d01f8319

Previsão Atualizada	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Receitas Correntes	**6.406.500,00**	**7.827.100,00**	-18,15%
Receita Patrimonial	4.286.400,00	5.820.100,00	-26,35%
Receita de Serviços	10.600,00	22.400,00	-52,68%
Outras Receitas Correntes	2.109.500,00	1.984.600,00	6,29%
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	**6.406.500,00**	**7.827.100,00**	**-18,15%**
Saldo de Exercícios Anteriores	4.000.000,00	2.890.000,00	**38,41%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.1.3 - Receita Realizada

As receitas realizadas correspondem às receitas arrecadadas, conforme previsto no art. 35 da Lei 4.320/64[1].

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da receita realizada.

Receita Realizada	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Receitas Correntes	**14.731.034,32**	**6.429.926,93**	129,10%
Receita Patrimonial	9.823.618,35	3.231.056,12	204,04%
Receita de Serviços	9.775,00	10.362,50	-5,67%
Outras Receitas Correntes	4.897.640,97	3.188.508,31	53,60%
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	**14.731.034,32**	**6.429.926,93**	129,10%
Saldo de Exercícios Anteriores	4.000.000,00	2.890.000,00	38,41%

Fonte: Sistema e-Fisco

A Receita Patrimonial, no exercício de 2021, é composta: a) pelos rendimentos das aplicações financeiras realizadas pelo TCE-PE; b) concessão da Folha de Pagamento do TCE-PE ao banco Bradesco S.A.

As Receitas de Serviços são compostas pela arrecadação dos valores descontados por linha de pagamento dos empréstimos consignados dos servidores do TCE-PE.

As Outras Receitas Correntes são compostas, em quase sua totalidade, pela arrecadação: a) do recebimento do crédito de convênio de pessoal firmado entre o TCE-PE e a Prefeitura da Cidade do Recife; b) das multas aplicadas pelo TCE-PE.

3.1.4 - Dotação Inicial

Segundo o MCASP (8ª Edição), a dotação inicial demonstra os valores dos créditos iniciais, conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nesta coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da dotação inicial da despesa orçamentária.

[1] Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nele arrecadadas;

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRYANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f319

Dotação Inicial	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Despesas Correntes	**448.562.000,00**	**439.189.900,00**	2,13%
Pessoal e Encargos Sociais	348.514.000,00	346.795.000,00	0,50%
Outras Despesas Correntes	100.048.000,00	92.394.900,00	8,28%
Despesas de Capital	**13.433.900,00**	**10.522.100,00**	27,67%
Investimentos	13.433.900,00	10.522.100,00	27,67%
TOTAL	**461.995.900,00**	**449.712.000,00**	**2,73%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.1.5 - Dotação Atualizada

A Dotação Atualizada demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da dotação atualizada da despesa orçamentária.

Dotação Atualizada	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Despesas Correntes	**452.211.088,38**	**436.686.646,32**	3,56%
Pessoal e Encargos Sociais	348.263.088,38	334.051.746,32	4,25%
Outras Despesas Correntes	103.948.000,00	102.634.900,00	1,28%
Despesas de Capital	**10.633.900,00**	**9.722.100,00**	9,38%
Investimentos	10.633.900,00	9.722.100,00	9,38%
TOTAL	**462.844.988,38**	**446.408.746,32**	**3,68%**

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2021, foram abertos em favor do TCE-PE créditos adicionais no montante de R$ 20.700.000,00, da seguinte forma:

1. **Crédito Suplementa**r: R$ 2.900.000,00. Fonte: Anulação de dotações de outras Unidades Gestoras (29000 - Encargos Gerais do Estado). O crédito foi aberto através do Decreto 50.067/2021, de 13 de janeiro de 2021.
2. **Crédito Suplementar**: R$ 4.000.000,00. Fonte: Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior. O crédito foi aberto através do Decreto 50.471/2021, de 26 de março de 2021.
3. **Crédito Suplementar**: R$ 4.000.000,00. Fonte: Anulação de dotações do próprio TCE-PE (Unidades Gestoras 020001). O crédito foi aberto através do Decreto 50.739/2021, de 20 de maio de 2021.
4. **Crédito Suplementar:** R$ 2.800.000,00. Fonte: Anulação de dotações do próprio TCE-PE (Unidades Gestoras 020001). O crédito foi aberto através do Decreto 51.346/2021, de 14 de setembro de 2021.
5. **Crédito Suplementar:** R$ 7.000.000,00. Fonte: Anulação de dotações do próprio TCE-PE (Unidades Gestoras 020001). O crédito foi aberto através do Decreto 52.007/2021, de 14 de dezembro de 2021.

Ao fim do exercício de 2021, foi aberto um Crédito Adicional Suplementar em favor do Fundo Estadual de Saúde - FES/PE, tendo como fonte a anulação de dotação do TCE-PE, conforme Decreto nº 52.067, de 28 de dezembro de 2021. O montante do Crédito Suplementar foi de R$ 6.050.911,62.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f319

3.1.6 - Despesa Empenhada

De acordo com a Lei 4.320/64, art. 35, II, considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada. A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da despesa realizada.

Despesa Empenhada	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Despesas Correntes	**431.910.858,14**	**405.040.334,31**	6,63%
Pessoal e Encargos Sociais	341.660.517,28	322.387.920,82	5,98%
Outras Despesas Correntes	90.250.340,86	82.652.413,49	9,19%
Despesas de Capital	**3.533.998,28**	**1.661.966,07**	112,64%
Investimentos	3.533.998,28	1.661.966,07	112,64%
TOTAL	**435.444.856,42**	**406.702.300,38**	**7,07%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.1.7 - Despesa Liquidada

Segundo a Lei 4.320/64, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da despesa liquidada.

Despesa Liquidada	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Despesas Correntes	**431.910.858,14**	**405.040.334,31**	6,63%
Pessoal e Encargos Sociais	341.660.517,28	322.387.920,82	5,98%
Outras Despesas Correntes	90.250.340,86	82.652.413,49	9,19%
Despesas de Capital	**3.533.998,28**	**1.661.966,07**	112,64%
Investimentos	3.533.998,28	1.661.966,07	112,64%
TOTAL	**435.444.856,42**	**406.702.300,38**	**7,07%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.1.8 - Despesa Paga

De acordo com a Lei 4.320/64, o pagamento é o ato pelo qual a Administração, percebendo que o credor faz jus ao recebimento do numerário, o entrega, recebendo a devida quitação.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos da despesa paga.

Despesa Paga	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Despesas Correntes	**428.124.347,99**	**403.151.060,08**	6,19%
Pessoal e Encargos Sociais	341.080.457,12	322.169.926,29	5,87%
Outras Despesas Correntes	87.043.890,87	80.981.133,79	7,49%
Despesas de Capital	**2.998.280,83**	**1.661.966,07**	80,41%
Investimentos	2.998.280,83	1.661.966,07	80,41%
TOTAL	**431.122.628,82**	**404.813.026,15**	**6,50%**

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2021, foram inscritos como Restos a Pagar Processados o valor de R$ 4.322.227,60.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f319

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código de Autenticação: 1342395

3.2 – Balanço Financeiro

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamentária, conjugados como os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro apresentado pelo e-Fisco apresenta os seguintes dados:

PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

BALANÇO FINANCEIRO		
ORGÃO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO		
EXERCÍCIO : 2021 **PERÍODO(MÊS) : Dezembro** Emitido em : 25/01/2022 Data realização : 25/01/2022 Página 1 / 1		
INGRESSOS	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária (I)	14.731.034,32	6.429.926,93
Ordinária	11.783.024,76	4.024.867,91
Vinculada	2.948.009,56	2.405.059,02
Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e de Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas do Est. de PE	2.948.009,56	2.405.059,02
Transferências Financeiras Recebidas (II)	458.489.400,00	441.884.900,04
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	458.489.400,00	441.884.900,04
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.313.997.405,21	1.203.348.135,11
Inscrição de Restos a Pagar Processados	4.322.227,60	1.889.274,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	303.532.450,05	278.415.794,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.006.142.727,56	923.043.066,81
Saldo do Exercício Anterior (IV)	142.609.826,96	91.310.093,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	142.609.826,96	91.310.093,43
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.929.827.666,49	1.742.973.055,57
DISPÊNDIOS	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Despesa Orçamentária (VI)	435.444.856,42	406.702.300,38
Ordinária	435.315.022,82	406.702.300,38
Vinculada	129.833,60	0,00
Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e de Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas do Est. de PE	129.833,60	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	6.050.911,62	6.193.253,68
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	6.050.911,62	6.193.253,68
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.306.103.153,15	1.187.467.671,55
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.879.179,51	1.427.405,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	298.359.705,42	262.997.199,93
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.005.864.268,22	923.043.069,87
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	182.228.745,30	142.609.826,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	182.228.745,30	142.609.826,96
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	1.929.827.666,49	1.742.973.055,57

Desta forma, considerando a existência de lançamentos nas contas de controle, os quais ocasionam distorções no saldos das contas contábeis, foram realizados os ajustes contábeis necessários para atender ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (8ª Edição), produzindo como resultado o Balanço Financeiro Ajustado que se encontra anexo a presente Prestação de Contas, o qual será analisado nos itens a seguir.

3.2.1 - Receita Orçamentária

A seguir é demonstrado o detalhamento da receita orçamentária.

3.2.1.1 - Receita Ordinária

Compreende as receitas orçamentárias líquidas das deduções, de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

A Receita Orçamentária Ordinária é composta da seguinte forma:

Receita Orçamentária - Ordinária			
Origem	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**AH (%)**
Patrimonial	8.604.384,22	2.632.398,84	226,86%
Outras Receitas Correntes	3.178.640,54	1.392.469,07	128,27%
TOTAL	**11.783.024,76**	**4.024.867,91**	**192,76%**

Fonte: Sistema e-Fisco

A Receita Patrimonial é composta pela remuneração das aplicações financeiras feitas pelo TCE-PE, que totalizaram em 2021 o valor de R$ 6.064.381,68. Tendo em vista o aumento da taxa SELIC, promovida pelo Banco Central do Brasil nos últimos meses, houve também o aumento dos rendimentos das aplicações financeiras (Renda Fixa), que estão atrelados à Taxa DI. A taxa SELIC acumulada no período de 01/01/2020 a 31/12/2020 foi de 2,75%. Já no período de 01/01/2021 a 31/12/2021, a taxa SELIC acumulada foi de 4,39%.[2]

Além do aumento na remuneração das aplicações financeiras, a Receita Patrimonial também aumentou em 2021 devido à concessão da Operacionalização da Folha de Pagamento do TCE-PE ao Banco Bradesco S.A no valor de R$ 2.540.002,54.

Nas Outras Receitas Correntes estão incluídos os valores arrecadados com: a) ressarcimento de convênio de pessoal firmado entre o TCE-PE e a Prefeitura da Cidade do Recife; b) restituição de saldo de convênios; c) devolução de saldos de suprimentos de fundos.

3.2.1.2 - Receita Vinculada

Compreende as receitas orçamentárias líquidas das deduções, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A Receita Orçamentária Vinculada é composta da seguinte forma:

Receita Orçamentária - Vinculada			
Origem	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**AH (%)**
Patrimonial	1.219.234,13	598.657,28	103,66%
Serviços	9.775,00	10.362,50	-5,67%
Outras Receitas Correntes	1.719.000,43	1.796.039,24	-4,29%
TOTAL	**2.948.009,56**	**2.405.059,02**	**22,58%**

Fonte: Sistema e-Fisco

A Receita Patrimonial é composta pelos rendimentos das aplicações financeiras, relativa à arrecadação das multas aplicadas pelo TCE-PE.

As Receitas de Serviços são compostas pela arrecadação dos valores descontados por linha de pagamento dos empréstimos consignados dos servidores do TCE-PE.

As Outras Receitas Correntes são compostas pela arrecadação das multas aplicadas pelo TCE-PE.

3.2.2 - Transferências Financeiras Recebidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. A seguir são apresentadas as transferências financeiras recebidas, através de repasses dos Duodécimos:

[2] Fonte: **Banco Central do Brasil**.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Assinado em: 17/05/2022 17:29:21 - Acesse em https://etcrepe.tc.br/ConsultaDoc.seam Código do documento: 9256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f319

Duodécimo Previsto (LOA) x Recebido			
Mês	**Duodécimo Previsto (I)**	**Duodécimo Recebido (II)**	**Recebido / Previsto**
Janeiro	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Fevereiro	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Março	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Abril	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Maio	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Junho	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Julho	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Agosto	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Setembro	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Outubro	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Novembro	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
Dezembro	37.965.783,33	38.207.450,00	100,64%
TOTAL	**455.589.400,00**	**458.489.400,00**	**100,64%**

Fonte: Sistema e-Fisco

O aumento no duodécimo recebido deve-se ao Crédito Suplementar de R$ 2.900.000,00, aberto através de Decreto 50.067/2021, de 14 de janeiro de 2021.

3.2.3 - Recebimentos Extraorçamentários

Os Recebimentos Extraorçamentários são compostos pelos restos a pagar inscritos no exercício e pelos recebimentos dos depósitos restituíveis e valores vinculados.

De acordo com a Lei 4.320/64, os restos a pagar inscritos no exercício financeiro serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária. A seguir é apresentado o montante de Restos a Pagar inscritos no exercício.

Inscrição de Restos a Pagar	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Restos a Pagar Processados	4.322.227,60	1.889.274,23	128,78%
TOTAL	**4.322.227,60**	**1.889.274,23**	**128,78%**

Fonte: Sistema e-Fisco

Em relação aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, estes são constituídos, em sua maioria, pelas retenções de consignações em folha e FUNAFIN e depósitos diversos. Abaixo é demonstrado o detalhamento dos depósitos restituíveis.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-0449a019f319

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros Silva
Acesse em: https://pje.tcepe.tc.br/epvPortaDoCidadao/Codigo do documento: 02531d4a-1b1f-436a-aecd-2149012819

Depósitos Restituíveis (Ingressos)	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Retenção Consignações da Folha, exceto FUNAFIN	107.927.619,72	102.963.937,87	4,82%
Retenção Consignações FUNAFIN	33.930.927,26	33.177.309,63	2,27%
Retenção Consignações FUNAPREV	1.115.718,05	0,00	
Retenção INSS de Terceiros/PF	2.237,84	1.375,61	62,68%
Retenção INSS de Terceiros/PJ	1.832.671,62	1.296.978,37	41,30%
Retenção INSS de Terceiros/PF - Suprimento Individual	402,55	103,23	289,95%
Retenção IR de Terceiros	352.611,90	254.631,97	38,48%
Retenção ISS de Terceiros	1.076.843,60	832.981,17	29,28%
Depósitos Diversos	115.132.953,63	106.264.139,82	8,35%
Baixa de Adiantamento Concedidos	30.610.583,26	28.310.294,87	8,13%
Baixa de Outros Créditos a Receber	11.549.880,62	5.314.038,53	117,35%
TOTAL	**303.532.450,05**	**278.415.791,07**	**9,02%**

Fonte: Sistema e-Fisco

A conta de “Retenção Consignações da Folha, exceto FUNAFIN” é composta, em sua maioria, pelos descontos efetuados na folha de pessoal do mês de competência, servidores ativos e inativos.

A conta de Depósitos Diversos é composta, em sua maioria, pela: a) Baixa da Contribuição Patronal ao FUNAFIN, fruto da compensação do pagamento da folha de Inativos b) Contribuição dos servidores ativos ao FUNAFIN, descontada na folha do mês de competência e transferida para a conta do FUNAFIN A PAGAR; c) Baixa contábil relativa à contribuição patronal ao FUNAFIN.

Em relação aos Outros Recebimentos Extraorçamentários, no exercício de 2021, a partir do mês de julho, houve a retenção de créditos de salários de dois servidores do TCE-PE, conforme PETCE 10.119/2021. A retenção dos salários soma em 31 de dezembro de 2021 o valor de R$ 278.459,34.

3.2.4 - Despesa Orçamentária

Abaixo é apresentado o detalhamento da execução da despesa orçamentária por atividade, comparando o inicial orçado com o executado.

Despesa Orçamentária	Dotação Atualizada	Executado	(%)
1111 - Controle Externo da Aplicação dos Recursos Públicos	249.731.000,00	248.347.768,82	99,45%
1109 - Contribuições Patronais do TCE-PE ao FUNAFIN	69.072.000,00	67.861.932,65	98,25%
4411 - Gestão das Atividades do TCE-PE	79.832.188,38	66.300.678,38	83,05%
1405 - Concessão de Benefícios para os Membros e Servidores	28.412.500,00	27.859.363,70	98,05%
2799 - Manutenção da Tecnologia de Inf. e Comunicação	26.434.200,00	22.186.189,10	83,93%
2741 - Comunicação Institucional do TCE-PE	625.400,00	319.681,48	51,12%
4034 - Conservação Patrimonial do TCE-PE	7.326.600,00	1.255.509,64	17,14%
3862 - Contribuições Patronais do TCE-PE ao FUNAPREV	1.200.000,00	1.115.720,69	92,98%
2532 - Contribuições Patronais ao SASSEPE pelo TCE-PE	210.000,00	198.011,96	94,29%
3230 - Encargos Gerais do TCE-PE	1.100,00	0,00	0,00%
TOTAL	**462.844.988,38**	**435.444.856,42**	**94,08%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.2.5 - Transferências Financeiras Concedidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Transferências Financeiras Concedidas	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Repasse Financeiro Concedido	6.050.911,62	6.193.253,68	-2,30%
TOTAL	**6.050.911,62**	**6.193.253,68**	**-2,30%**

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2021 houve um repasse ao Governo do Estado de R$ 6.050.911,62, fruto da negociação feita junto ao Governo do Estado envolvendo SEPLAG, SEFAZ e o TCE-PE com vistas ao pagamento do ressarcimento de servidores cedidos pelo TCE ao Poder Executivo Estadual, e ajustes ao orçamento de 2022. Em 2020 também houve esse repasse com a mesma finalidade, só que naquele exercício o montante foi de R$ 6.193.253,68.

3.2.6 - Pagamentos Extraorçamentários

Os Pagamentos Extraorçamentários são compostos pelo pagamento dos restos a pagar e pelos pagamentos dos depósitos restituíveis e valores vinculados.

Em relação aos pagamentos dos restos a pagar, historicamente o TCE-PE paga todos os restos a pagar do exercício anterior no exercício atual. A seguir é apresentado o montante de Restos a Pagar que foram pagos no exercício.

Pagamento de Restos a Pagar	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Restos a Pagar Processados	1.879.179,51	1.427.405,75	31,65%
TOTAL	**1.879.179,51**	**1.427.405,75**	**31,65%**

Fonte: Sistema e-Fisco

Em relação aos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, estes são constituídos, em sua maioria, pelas retenções de consignações em folha e FUNAFIN e depósitos diversos. Abaixo é demonstrado o detalhamento dos depósitos restituíveis.

Depósitos Restituíveis (Pagamentos)	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Retenção Consignações da Folha, exceto FUNAFIN	107.352.022,03	91.335.368,02	17,54%
Retenção Consignações FUNAFIN	33.930.927,26	33.177.309,63	2,27%
Recolhimento Consignações FUNAPREV	863.448,20	0,00	-
Retenção INSS de Terceiros/PF	2.024,66	2.201,64	-8,04%
Retenção INSS de Terceiros/PJ	1.810.161,56	1.390.554,25	30,18%
Retenção INSS de Terceiros/PF - Suprimento Individual	505,78	0,00	-
Retenção IR de Terceiros	348.806,66	266.027,46	31,12%
Retenção ISS de Terceiros	1.060.222,82	859.801,49	23,31%
Depósitos Diversos	116.135.370,09	101.671.937,82	14,23%
Apropriação de Adiantamento Concedidos	30.907.165,64	27.999.471,26	10,38%
Apropriação de Outros Créditos a Receber	5.949.050,72	6.294.527,36	-5,49%
TOTAL	**298.359.705,42**	**262.997.198,93**	**13,45%**

Fonte: Sistema e-Fisco

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRONZO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 02561b4a-1b11-438a-acd-3449a019f319

Documento Assinado Digitalmente por: RAFAILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 025610e-1b11-436a-aea3-3449a019f319

3.3 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública. O ativo classifica-se em circulante ou não circulante.

3.3.1 - Ativo Circulante

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis;
- o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos são classificados como não circulantes.

3.3.1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas neste grupo está apresentada a seguir:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Caixa e Bancos	242.988,74	134.382,83	80,82%
Aplicações Financeiras	181.985.756,56	142.475.444,13	27,73%
TOTAL	**182.228.745,30**	**142.609.826,96**	**27,78%**

Fonte: Sistema e-Fisco

A variação positiva no total das disponibilidade teve como principal causa o contingenciamento de despesas realizado pelo TCE-PE, devido ao surto epidemiológico do novo coronavírus (COVID19).

Atualmente o TCE-PE utiliza as seguintes fontes de recursos:

Fontes de Recursos		
Código da Fonte de Recursos	**Nome da Fonte conforme e-Fisco**	**Descrição**
0101000000	Recursos Ordinários - Adm. Direta	Recursos do duodécimo
0104000000	Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta	Recursos próprios
0115000000	Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e de Reequipamento Técnico do TCEPE	Recursos de multas aplicadas sobre processos
0120000000	Recursos Decorrentes da Oper. da Conta Única para Modernização Adm. e de Sistemas	Recursos da licitação da folha de pagamento
0121000000	Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	Recurso de alienação de ativos

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.1.2 - Créditos a Curto Prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar decorrentes de adiantamentos

concedidos pelo TCE-PE, valores a serem ressarcidos por outras Instituições Públicas em decorrência da cessão de pessoal, e dos créditos a receber resultantes de imputação de multas a gestores públicos e respectiva estimativa de perdas.

A seguir, demonstramos o quadro com os créditos a receber a curto prazo:

Créditos a Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Adiantamento de 13º Salário	8.472,72	56.392,36	-84,98%
Adiantamento Férias (F)	2.905.526,46	2.558.858,01	13,55%
Créditos - Imputação de Multas (P)	49.859.146,48	40.816.787,58	22,15%
Estimativa de Perdas - Créd. Imputação Multas (P)	-39.929.397,80	-27.895.461,41	43,14%
Convênio de Cessão de Pessoal (F)	5.791.098,57	11.391.928,47	-49,16%
Convênio de Cessão de Pessoal (P)	1.441.182,81	3.014.792,85	-52,20%
Dividendos a Receber (P)	1.970,75	1.970,75	0,00%
Outros Adiantamentos (F)	82,59	2.249,02	-96,33%
Suprimento de Fundos (P)	5.999,38	5.999,38	0,00%
TOTAL	**20.084.081,96**	**29.953.517,01**	-32,95%

Fonte: Sistema e-Fisco

Os Créditos de Imputação de Multas referem-se às multas aplicadas pelo TCE-PE aos jurisdicionados.

A Estimativa de Perdas - Créditos Imputação Multas é calculada com base nas informações prestadas pelo Sistema de Controle de Débitos e Multas (CDM), que adota os seguintes critérios para estimar as perdas:

Prazo de Vencimento	Estimativa de Perda (%)
Créditos a receber vencidos há mais de 360 dias	100%
Créditos a receber vencidos entre 180 e 360 dias	50%
Créditos a receber vencidos com menos de 180 dias	20%
Crédito a vencer	10%

Fonte: Sistema CDM.

Os créditos de Convênio de Cessão de Pessoal (F) referem-se aos vencimentos e auxílios pagos aos servidores cedidos ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. A seguir é apresentada a posição detalhada por ente:

Vencimentos e Auxílios (F)			
Entes	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**AH (%)**
Governo do Estado	5.791.098,57	5.201.633,89	11,33%
Prefeitura Municipal do Recife	0,00	5.966.135,37	-100,00%
Prefeitura Municipal do Paulista	0,00	224.159,21	-100,00%
TOTAL	**5.791.098,57**	**11.391.928,47**	-49,16%

Fonte: Sistema e-Fisco

Os créditos de Convênio de Cessão de Pessoal (P) referem-se à contribuição patronal dos servidores cedidos ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. A seguir é apresentada a posição detalhada por ente:

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Santana e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/app/validador/sem Código do documento: 9556104a-1bd1-436a-aec0-3449a019f319

Contribuição Patronal (P)			
Entes	**31/12/2021**	**31/12/2020**	**AH (%)**
Governo do Estado	1.441.182,81	1.325.815,59	8,70%
Prefeitura Municipal do Recife	0,00	1.629.399,30	-100,00%
Prefeitura Municipal do Paulista	0,00	59.577,96	-100,00%
TOTAL	**1.441.182,81**	**3.014.792,85**	-52,20%

Fonte: Sistema e-Fisco

Durante o exercício de 2021, a Prefeitura Municipal de Recife e a Prefeitura Municipal do Paulista realizaram a quitação da totalidade dos débitos.

3.3.1.3 - Estoques

Os estoques são mensurados pelo preço médio ponderado das aquisições, em conformidade com a Lei 4.320/64[3]. o inciso III do artigo 106 da Lei 4320/64. O saldo desta conta é o seguinte:

Estoques	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Material de Consumo	496.682,16	428.584,70	**15,89%**
Material de Construção	65.800,00	0,00	**-**
TOTAL	**562.482,16**	**428.584,70**	**31,24%**

Fonte: Sistema e-Fisco

É oportuno considerar alguns aspectos relacionados à composição desse saldo, conforme detalhamento abaixo:

a) O ASI - Solução Integrada de Administração é o sistema utilizado pelo TCE-PE para o acompanhamento dos estoques. Há situações neste sistema que não permitem uma adequada compatibilização com o saldo obtido no sistema e-Fisco, tais como:

- Existência de itens controlados pelo ASI que se referem a contratos com empresas fornecedoras de impressoras e dos respectivos insumos necessários cujos estoques em nosso poder são a elas pertencentes. Esta situação acarreta distorções na totalização dos relatórios de movimentação do almoxarifado, emitidos pelo ASI, embora atualmente estas movimentações sejam controladas em conta específica, havendo apenas a necessidade de excluí-las do total geral do almoxarifado.

b) Houve a realização do inventário físico restrito aos itens do almoxarifado central na data de 31/12/2021.

3.3.1.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

VPD Pagas Antecipadamente	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Prêmios de Seguros a Apropriar	7.239,99	8.380,13	-13,61%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	105.812,05	11.705,58	803,95%
TOTAL	**113.052,04**	**20.085,71**	462,85%

Fonte: Sistema e-Fisco

[3] Art. 106. A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá as normas seguintes: III - os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f619

3.3.2 - Ativo Não Circulante

3.3.2.1 - Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

Os investimentos realizados pelo TCE-PE são avaliados pelo custo de aquisição.

O saldo do investimento é composto por 208 (duzentos e oito) Ações Ordinárias da Telefônica Brasil S/A e 187 (cento e oitenta e sete) Ações Ordinárias da TIM S/A. O Banco Bradesco é a Instituição Financeira Depositária das ações. A participação nessas empresas (Telefônica e TIM) refere-se à antiga participação na empresa de Telecomunicações de Pernambuco S/A - TELPE.

Investimentos	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Participações em Empresas Integralizadas	19.884,10	19.884,10	0,00%
TOTAL	**19.884,10**	**19.884,10**	0,00%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.2.2 - Imobilizado

O Ativo Imobilizado é definido como o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, cuja utilização se dará por mais de um período.

3.3.2.2.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Os Bens Móveis do TCE-PE são compostos da seguinte forma:

Imobilizado - Bens Móveis	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	3.376.419,60	3.140.399,23	7,52%
Bens de Informática	13.608.803,55	12.560.591,52	8,35%
Móveis e Utensílios	5.870.296,09	6.185.937,19	-5,10%
Materiais Culturais, Educ. e de Comunicação (a)	795.095,91	755.273,12	5,27%
Veículos	3.156.166,55	3.156.166,55	0,00%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(19.789.676,40)	(18.280.483,69)	8,26%
TOTAL	**7.017.105,30**	**7.517.883,92**	**-6,66%**

Fonte: Sistema e-Fisco

(a) A conta “Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação” controla em sua preponderância o acervo da biblioteca. O TCE-PE utiliza o Sistema Pergamum para controle patrimonial de seu acervo, no entanto ainda está em desenvolvimento a implantação do módulo financeiro, motivo pelo qual não foi realizado lançamento de reconhecimento da depreciação no corrente ano.

A tabela abaixo detalha a depreciação acumulada dos bens móveis.

Documento Assinado Digitalmente por: JANELSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 02561044-1b11-436a-aecd-3449a019f3f0

Bens Móveis - Depreciação Acumulada	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.449.562,28	2.227.939,43	9,95%
Bens de Informática	10.157.357,65	9.088.666,25	11,76%
Móveis e Utensílios	5.009.417,13	5.133.002,19	-2,41%
Veículos	2.173.339,34	1.830.875,82	18,70%
TOTAL	**19.789.676,40**	**18.280.483,69**	**8,26%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.2.2.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis compreendem os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos.

Os bens imóveis do TCE-PE são compostos da seguinte forma:

Imobilizado - Bens Imóveis	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Edificações em Geral	118.880.000,00	90.243.895,43	31,73%
Terrenos sem Edificações	4.700.000,00	4.610.000,00	1,95%
Bens Imóveis - Obras em Andamento	649.620,91	15.588.028,53	-95,83%
Instalações	0,00	362.640,29	-100,00%
Instalações em Andamento	0,00	162.399,76	-100,00%
(-) Depreciação Acumulada	0,00	(5.700.520,64)	-100,00%
TOTAL	**124.229.620,91**	**105.266.443,37**	**18,01%**

Fonte: Sistema e-Fisco

O saldo da conta de depreciação acumulada de bens imóveis corresponde aos registros relativos aos 12 imóveis de propriedade do TCE-PE. A depreciação é calculada com base na tabela de ROSS-HEIDECKE, que sinaliza o cálculo da depreciação registrado pelo TCE-PE, considerando-se os fatores correspondentes ao tempo de vida útil e o estado de conservação de cada um destes bens.

No exercício de 2021, os imóveis do TCE-PE foram reavaliados pelo Departamento de Administração e Infraestrutura. Seguindo orientação do MCASP (8ª Edição, p. 181), a depreciação acumulada dos bens imóveis foi eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado.

O quadro a seguir apresenta o resumo das movimentações ocorridas nos imóveis do TCE-PE no exercício de 2021:

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f319

Conta (I)	Nº do IM (II)	Localização (III)	Valor Inicial (IV)	Deprec. Acumul. (V)	Incorporação (VI)	Valor Líq. (VII) = (IV - V + VI)	Valor Reavaliado (VIII)	Reavaliação (IX) = (VIII - VII)
1.2.3.2.1.01.02	IM02000001	Edf. Dom Hélder Câmara - Edf. Sede	35.724.385,90	3.074.723,45	37.140,29	32.686.802,74	37.600.000,00	4.913.197,26
1.2.3.2.1.01.02	IM02000002	Edf. Nilo Coelho - Edf. Sede	16.821.740,06	1.447.812,11	78.960,00	15.452.887,95	16.600.000,00	1.147.112,05
1.2.3.2.1.01.02	IM02000003	Edf. NEG (Av. Mário Melo, 126)	1.941.444,67	167.096,10	0,00	1.774.348,57	2.700.000,00	925.651,43
1.2.3.2.1.01.02	IM02000004	Edf. ECPBG (Av. Mário Melo, 90)	2.200.000,00	189.349,41	0,00	2.010.650,59	3.000.000,00	989.349,41
1.2.3.2.1.01.02	IM02000005	Inspetoria Regional de Arcoverde	1.778.925,74	153.108,43	0,00	1.625.817,31	2.200.000,00	574.182,69
1.2.3.2.1.01.02	IM02000006	Inspetoria Regional de Bezerros	1.536.171,99	132.215,12	0,00	1.403.956,87	2.180.000,00	776.043,13
1.2.3.2.1.01.02	IM02000007	Inspetoria Regional de Garanhuns	2.542.615,01	218.837,58	0,00	2.323.777,43	2.300.000,00	(23.777,43)
1.2.3.2.1.01.02	IM02000008	Inspetoria Regional de Palmares	2.532.038,64	217.927,29	0,00	2.314.111,35	3.360.000,00	1.045.888,65
1.2.3.2.1.01.02	IM02000009	Inspetoria Regional de Petrolina	2.740.904,94	235.903,98	0,00	2.505.000,96	3.340.000,00	834.999,04
1.2.3.2.1.01.02	IM02000011	Inspetoria Regional de Surubim	2.125.668,48	182.951,86	0,00	1.942.716,62	2.800.000,00	857.283,38
1.2.3.2.1.01.02	IM02000012	Terreno COMPESA	20.300.000,00	0,00	16.224.863,77	36.524.863,77	42.800.000,00	6.275.136,23
1.2.3.2.1.01.03	IM02000014	Estacionamento - TCE	4.300.000,00	0,00	0,00	4.300.000,00	4.000.000,00	(300.000,00)
1.2.3.2.1.01.03	IM02000015	Estacionamento ECPBG	310.000,00	0,00	0,00	310.000,00	700.000,00	390.000,00
TOTAL			**94.853.895,43**	**6.019.925,33**	**16.340.964,06**	**105.174.934,16**	**123.580.000,00**	**18.405.065,84**

A Coluna IV apresenta o valor dos imóveis no fim do exercício de 2020. A Coluna V apresenta a depreciação acumulada dos imóveis até o dia 31 de dezembro de 2021. No processo de reavaliação, a Depreciação Acumulada foi baixada contra o valor bruto dos imóveis. A Coluna VI apresenta as incorporações feitas aos imóveis (IM01, IM02 e IM12), provenientes das contas de “Bens Imóveis - Obras em Andamento”, “Instalações” e “Instalações em Andamento”. A Coluna VII apresenta o valor líquido (Valor Inicial - Depreciação + Incorporação). A Coluna VIII apresenta o valor reavaliado dos imóveis, conforme laudo elaborado pela Gerência de Administração de Imóveis (PETCE 1192/2022). A Coluna IX apresenta o valor da reavaliação, que é a diferença entre o valor líquido e o valor reavaliado.

Documento Assinado Digitalmente por: ANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros Silva
Acessível em https://v1.tcepe.tc.br/epvalidDoc/search/Codigo/documento/02210430111b19436a-aecd-3449-0019-3199

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0456104a-1b11-436a-aecd-3449a019f309

3.3.2.3 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares.

Os bens intangíveis do TCE-PE são compostos da seguinte forma:

Intangível	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Softwares em Uso	5.691.154,16	4.747.234,03	19,88%
Softwares em Desenvolvimento	1.608.992,44	1.608.992,44	0,00%
Outros Direitos - Bens Intangíveis	12.700.012,70	0,00	-
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(3.967.213,07)	(3.071.038,79)	29,18%
(-) Amortização Acumulada - Direitos	(2.540.002,54)	0,00	-
TOTAL	**13.492.943,69**	**3.285.187,68**	310,72%

Fonte: Sistema e-Fisco

As taxas de amortização são calculadas de acordo com a vida útil de cada software adquirido ou desenvolvido. Todos os ativos intangíveis do TCE-PE têm vida útil definida. O lançamento de amortização é realizado no fim do exercício financeiro.

Os Outros Direitos - Bens Intangíveis são provenientes do contrato de Cessão da Folha de Pagamento do TCE-PE ao Banco Bradesco. O valor total do contrato foi de R$ 12.700.012,70. O prazo da cessão foi de 5 (cinco) anos.

3.3.3 - Passivo Circulante

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade;
- o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- o passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

3.3.3.1 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar do TCE-PE são compostas da seguinte forma:

Obrigações Trabalhistas	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Férias a Pagar	36.292.762,63	37.223.717,86	-2,50%
Férias a Pagar - Abono	4.775.796,72	5.012.131,64	-4,72%
Encargos sobre Férias	12.867.936,14	13.245.888,56	-2,85%
Outras Obrigações	872.701,78	167.046,23	422,43%
TOTAL	**54.809.197,27**	**55.648.784,29**	-1,51%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.3.2 - Fornecedores

A conta de Fornecedores apresenta o seguinte saldo:

Fornecedores	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Fornecedores	3.896.042,24	1.804.505,02	115,91%
TOTAL	**3.896.042,24**	**1.804.505,02**	115,91%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.3.3 - Obrigações Fiscais a Curto Prazo

As Obrigações Fiscais de Curto Prazo do TCE-PE correspondem à contribuição patronal ao INSS de Prestadores de Serviço - Pessoa Física (autônomos).

Obrigações Fiscais	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
INSS Terceiros PF a Pagar	466,60	519,00	-10,10%
TOTAL	**466,60**	**519,00**	-10,10%

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.3.4 - Provisões a Curto Prazo

As Provisões a Curto Prazo do TCE-PE correspondem a uma estimativa de gozo de Licença Prêmio no próximo exercício financeiro.

Os Provisões de Curto Prazo do TCE-PE são compostos da seguinte forma:

Provisões a Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Provisão Licença Prêmio	7.723.314,59	8.509.973,49	-9,24%
Provisão de Encargo Patronal ao RPPS s/ Licença Prêmio	2.530.889,02	2.879.157,45	-12,10%
TOTAL	**10.254.203,61**	**11.389.130,94**	-9,97%

Fonte: Sistema e-Fisco

A estimativa de gozo para o próximo exercício financeiro foi feita com base na média dos três últimos exercícios. A média de gozo foi calculada em termos percentuais.

A Tabela 01 apresenta o cálculo da média.

Tabela 01 - Cálculo da Média de Gozo de Licença Prêmio e Encargos (FUNAFIN)

	Valor Gozado (a)	Saldo - LP Gozo (b)	Saldo - LP Pecúnia (c)	Soma (d) = (b + c)	FUNAFIN S/ LP (e)	(%) Gozado (f) = (a/d)
2017		125.702.995,97	10.055.827,90	135.758.823,87	45.013.787,48	
2018	7.661.633,16	134.552.691,08	10.313.264,97	144.865.956,05	47.455.447,24	5,64%
2019	11.155.675,28	136.380.520,50	8.927.608,87	145.308.129,37	50.447.120,28	7,70%
2020	3.968.834,78	149.746.019,90	9.065.863,82	158.811.883,72	53.730.416,30	2,73%
2021	5.339.347,54	159.054.011,50	8.916.319,87	167.970.331,37	55.042.982,13	3,36%
					Média Últimos 3 Anos (g) -->	**4,60%**

Fonte : Business Intelligence da Folha de Pagamento e Sistema de Provisões Contábeis

Onde:
(a) = Valor gozado pelos servidores durante o exercício.
(b) = Saldo em 31 de dezembro da Licença Prêmio para gozo oportuno.
(c) = Saldo em 31 de dezembro da Licença Prêmio para gozo ou conversão em pecúnia.
(d) = Soma de (b) e (c).
(e) = Saldo em 31 de dezembro do Encargo Patronal ao RPPS sobre Licença Prêmio.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1111-436a-aecd-3449a019f319

(f) = Coluna que demonstra o quanto, em termos percentuais, foi gozado de licença prêmio (a) tendo como base o saldo da licença no fim do exercício anterior (d). Em 2021, por exemplo, foi gozado R$ 5.339.347,54 do saldo que existia em 31/12/2020, que era de R$ 158.811.833,72. Isso representa 3,36%.
(g) = Cálculo da média do percentual de gozo por ano, tendo como base os três exercícios anteriores.

Tendo encontrado o valor médio de 4,60%, foi utilizado esse percentual para determinar o valor da Licença Prêmio que será gozada no próximo exercício financeiro.

A Tabela 02 apresenta o cálculo da estimativa de Licença Prêmio que será gozada no próximo exercício financeiro (Passivo Circulante) e nos exercícios posteriores (Passivo Não Circulante).

Tabela 02 - Segregação Passivo Circulante x Não Circulante (Licença Prêmio)

Total do Saldo de Licença Prêmio em 31/12/2021 (a)	167.970.331,37
Média de Gozo dos Últimos 3 Anos (b)	4,60%
Licença Prêmio - Passivo Circulante (c) = (a*b)	**7.723.314,59**
Licença Prêmio - Passivo Não Circulante (d) = (a-c)	**160.247.016,78**

Onde:

(a) = Saldo em 31 de dezembro de 2021 da Licença Prêmio para gozo ou conversão em pecúnia.

(b) = Média de gozo de Licença Prêmio, conforme calculada na Tabela 01.

(c) = Valor estimado da Licença Prêmio que será gozada no próximo exercício financeiro (Passivo Circulante).

(d) = Valor estimado da Licença Prêmio que será gozada após o próximo exercício financeiro (Passivo Não Circulante).

A Tabela 03 apresenta o cálculo para os Encargos Patronais (FUNAFIN) s/ Licença Prêmio.

Tabela 03 - Segregação Passivo Circulante x Não Circulante (Encargos Patronais s/ Licença Prêmio)

Total do Saldo de Encargos (FUNAFIN) s/ LP em 31/12/2021 (a)	55.042.982,13
Média de Gozo dos Últimos 3 Anos (b)	4,60%
FUNAFIN s/ LP - Passivo Circulante (c) = (a*b)	**2.530.889,02**
FUNAFIN s/ LP - Passivo Não Circulante (d) = (a-c)	**52.512.093,11**

Onde:

(a) = Saldo em 31 de dezembro de 2021 dos Encargos Patronais (FUNAFIN) sobre Licença Prêmio.

(b) = Média de gozo de Licença Prêmio, conforme calculada na Tabela 01.

(c) = Valor estimado do Encargo Patronal ao RPPS s/ Licença Prêmio que será gozada no próximo exercício financeiro (Passivo Circulante).

(d) = Valor estimado do Encargo Patronal ao RPPS s/ Licença Prêmio que será gozada após o próximo exercício financeiro (Passivo Não Circulante).

3.3.3.5 - Demais Obrigações a Curto Prazo

Correspondem às seguintes obrigações decorrentes de retenções feitas pelo TCE-PE junto à Folha de Pagamento dos servidores e de pagamentos de fornecedores:

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-necd-344fa019f319

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Consignações sobre Folha	1.476.967,41	1.280.319,67	15,36%
Retenções de Tributos (INSS, IR e ISS)	12.226.162,64	11.804.166,66	3,57%
Depósitos e Cauções	505.359,35	242.209,37	108,65%
Contribuições ao FUNAFIN	3.308.712,82	4.567.915,40	-27,57%
Contribuições ao FUNAPREV	252.269,85	0,00	
Outras Obrigações de Curto Prazo	686,05	6.413,07	-89,30%
TOTAL	**17.770.158,12**	**17.901.024,17**	**-0,73%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.4 - Passivo Não Circulante

3.3.4.1 - Provisões a Longo Prazo

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de licença-prêmio que já completaram o período aquisitivo. Os valores das provisões são obtidos no Sistema de Provisões Contábeis, cujos cálculos são realizados de forma individualizada por servidor, refletindo a exatidão dos valores apresentados.

Provisões de Longo Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Provisão de Licença Prêmio	160.247.016,78	150.301.910,23	6,62%
Provisão de Encargos Patronais s/ RPPS de LP	52.512.093,11	50.851.258,85	3,27%
TOTAL	**212.759.109,89**	**201.153.169,08**	**5,77%**

Fonte: Sistema e-Fisco

O saldo da Provisão de Licença Prêmio e da Provisão de Encargos Patronais s/ RPPS de Licença Prêmio corresponde ao valor que o servidor irá gozar após o término do exercício seguinte, conforme metodologia apresentada no item 3.3.3.4.

3.3.5 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos. Integram o patrimônio líquido do TCE-PE: ajustes de avaliação patrimonial, resultado do exercício, resultados acumulados e ajustes de exercícios anteriores.

A composição do Patrimônio Líquido é a seguinte:

Patrimônio Líquido	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	324.194,82	324.194,82	0,00%
Resultado do Exercício	46.971.611,55	9.570.712,19	390,78%
Superávits/Déficits de Exercícios Anteriores	880.086,13	-51.245.031,34	-101,72%
Ajustes de Exercícios Anteriores	82.845,23	42.554.405,28	-99,81%
TOTAL	**48.258.737,73**	**1.204.280,95**	**3907,27%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.3.6 - Atos Potenciais

Os atos potenciais compreendem as contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-las.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://cepe.tce.br/epp/validacaoseam Código do documento: 25604a-1b11-436a-aecd-3449a019f319

A composição dos Passivos Contingentes do TCE-PE é a seguinte:

Passivo Contingente	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Contratos em Execução	30.617.841,90	34.801.482,50	-12,02%
Contratos Executados	33.368.556,62	22.618.784,72	47,53%
Licença Prêmio (*pro rata temporis*)	71.968.231,37	68.000.293,11	5,84%
TOTAL	**135.954.629,89**	**125.420.560,33**	**-8,40%**

Fonte: Sistema e-Fisco

Os Contratos em Execução e os Executados, em sua maioria, referem-se a contratos de terceirização e prestação de serviços.

As informações a respeito do saldo da Licença Prêmio (*pro rata temporis*) são fornecidas pelo Sistema de Provisões Contábeis do TCE-PE.

3.3.7 - Superávit Financeiro

O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. O Superávit Financeiro é utilizado como uma das fontes para abertura de créditos adicionais.

No exercício de 2021, o Superávit Financeiro do TCE-PE foi o seguinte:

Superávit Financeiro	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Ativo Financeiro (I)	190.933.925,64	156.619.254,82	21,91%
Passivo Financeiro (II)	22.370.280,65	19.790.249,19	13,04%
Superávit Financeiro (III) = (I) - (II)	**168.563.644,99**	**136.829.005,63**	**23,19%**

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2021, não houve reabertura de créditos adicionais.

3.4 - Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Os elementos da Demonstração das Variações Patrimoniais são reconhecidos de acordo com o Regime de Competência.

3.4.1 - Variação Patrimonial Aumentativa

3.4.1.1 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido.

Exploração de Bens e Serviços	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Serviços do PECONSIG	9.775,00	10.362,50	-5,67%
Cessão de Folha de PGTO	12.700.012,70	0,00	-

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDÃO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.aam Código do documento: 025f04ab-b12-436a-aecd-3449a019f319

TOTAL	**12.709.787,70**	**10.362,50**	**122551,75%**

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2021, houve o reconhecimento de variação patrimonial aumentativa com a cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento dos servidores do TCE-PE em favor do Banco Bradesco S.A. O contrato firmado é de 60 meses, com vigência a partir de 01 de fevereiro de 2021.

3.4.1.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras, em especial os juros auferidos com aplicações financeiras (Rendimento CDB).

VPA' Financeiras	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Remuneração de Depósitos Bancários	7.283.615,81	3.231.056,12	125,43%
TOTAL	**7.283.615,81**	**3.231.056,12**	**125,43%**

Fonte: Sistema e-Fisco

Tendo em vista o aumento da taxa SELIC, promovida pelo Banco Central do Brasil nos últimos meses, houve também o aumento dos rendimentos das aplicações financeiras (Renda Fixa), que estão atrelados a Taxa DI. A taxa SELIC acumulada no período de 01/01/2020 a 31/12/2020 foi de 2,75%. Já no período de 01/01/2021 a 31/12/2021, a taxa SELIC acumulada foi de 4,39%.

3.4.1.3 - Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intragovernamentais, em especial o recebimento do duodécimo.

A seguir é apresentado um quadro com os valores comparativos do duodécimo recebido.

Transferências Recebidas	2021	2020	AH (%)
Janeiro	38.207.450,00	36.823.741,67	3,76%
Fevereiro	38.207.450,00	36.823.741,67	3,76%
Março	38.207.450,00	34.614.317,17	10,38%
Abril	38.207.450,00	34.246.079,75	11,57%
Maio	38.207.450,00	33.951.489,82	12,54%
Junho	38.207.450,00	33.951.489,82	12,54%
Julho	38.207.450,00	36.823.741,67	3,76%
Agosto	38.207.450,00	36.823.741,67	3,76%
Setembro	38.207.450,00	36.823.741,67	3,76%
Outubro	38.207.450,00	40.334.271,71	-5,27%
Novembro	38.207.450,00	40.334.271,71	-5,27%
Dezembro	38.207.450,00	40.334.271,71	-5,27%
TOTAL	**458.489.400,00**	**441.884.900,04**	**3,76%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.4.1.4 - Ganhos com Ativos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, André Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-acd1-3449a019f319

Ganhos com Ativos	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Reavaliação Aumentativa de Bens Imóveis	18.728.843,27	0,00	
Ganhos com Incorporação de Outros Ativos	2.540.002,54	0,00	
Ganhos com Cancelamento de Restos a Pagar	9.973,08	0,00	
TOTAL	**21.278.818,89**	**0,00**	**-**

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2021, todos os imóveis do TCE-PE foram reavaliados pelos servidores do Departamento de Administração e Infraestrutura. Alguns imóveis apresentaram valor contábil líquido inferior ao valor justo evidenciado no laudo técnico de reavaliação, resultando no reconhecimento da variação patrimonial aumentativa. O laudo técnico de reavaliação contém todos os requisitos elencados no MCASP (8ª ed. - p. 181).

3.4.1.5 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, em especial as multas por auto de infração e o ressarcimento de pessoal à disposição.

Outras VPA's	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Reversão de Provisões	1.549.520,71	861.279,49	79,91%
Reversão de Prov. de Lic. Prêmio e Encargos Vencidos	0,00	1.181.125,07	-100,00%
Multas Administrativas	8.474,50	290,08	2821,44%
Multas por Auto de Infração	10.752.965,83	4.374.289,83	145,82%
Restituições de Convênios	12.690,50	0,00	
Outras Indenizações e Restituições	62.198,34	792,07	7752,63%
Recuperação de Desp. Orçamentárias de Exerc. Anteriores	1.305,00	1.660,10	-21,39%
Ressarcimento de Pessoal à Disposição	1.528.755,66	1.680.557,67	-9,03%
TOTAL	**13.915.910,54**	**8.099.994,31**	**71,80%**

Fonte: Sistema e-Fisco

As Multas por Auto de Infração referem-se aos valores imputados pelo TCE-PE aos seus jurisdicionados.

O Ressarcimento de Pessoal à disposição refere-se à apropriação das contribuições patronais dos servidores cedidos ao Governo do Estado de Pernambuco e à Prefeitura da Cidade do Recife.

3.4.2 - Variação Patrimonial Diminutiva

3.4.2.1 - Pessoal e Encargos

A despesa com pessoal e encargos compreende a remuneração do pessoal ativo, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público.

Nos Benefícios a Pessoal estão compreendidas despesas com auxílios e verbas indenizatórias. Já nas Outras VPD - Pessoal e Encargos estão registradas despesas com Provisão de Licença Prêmio e de ressarcimento de pessoal à disposição.

A seguir é apresentado o detalhamento da despesa com pessoal e encargos.

Documento Assinado Digitalmente por: BRAULIO BEZERRA GUSMAO, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam, Código do documento: 02561044-1b11-436a-aecd-3449a019f319

Pessoal e Encargos	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Remuneração a Pessoal	269.859.700,33	261.895.715,70	3,04%
Encargos Patronais	72.287.511,29	73.215.142,64	-1,27%
Benefícios a Pessoal	47.728.674,57	48.534.495,12	-1,66%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	10.355.697,33	15.319.210,58	-32,40%
TOTAL	**400.231.583,52**	**398.964.564,04**	**0,32%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.4.2.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

A seguir é apresentado o detalhamento da despesa com benefícios previdenciários e assistenciais.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Auxílio Funeral	214.016,01	91.322,36	134,35%
Auxílio Educação	33.094,32	20.290,54	63,10%
Auxílio Saúde	6.853.362,07	6.229.149,92	10,02%
DEA - Outros Benefícios Assistenciais	39.293,32	87,49	44811,78%
TOTAL	**7.139.765,72**	**6.340.850,31**	12,60%

Fonte: Sistema e-Fisco

O Auxílio Funeral é concedido à família do funcionário falecido correspondente a um mês de vencimento ou provento, de caráter indenizatório. O pagamento é efetuado com base na totalidade dos vencimentos do cargo efetivo e vantagens incorporadas ou dos proventos (Enunciado Administrativo TCE-PE nº 05, de 29 de julho de 2013).

O Auxílio Educação é concedido de acordo com as regras previstas na Portaria Normativa nº 76/2019 do TCE-PE. Segundo essa Portaria, nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, o TCE-PE poderá custear até 50% (cinquenta por cento) dos respectivos valores totais.

O Auxílio Saúde é concedido de acordo com as regras previstas na Resolução TC nº 05/2014 do TCE-PE.

3.4.2.3 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

A despesa com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da entidade pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos).

A seguir é apresentado o detalhamento da despesa com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo.

Uso de Bens, Serviços e Consumo Cap. Fixo	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Uso de Material de Consumo	1.021.125,43	1.278.974,80	-20,16%
Diárias	531.100,00	316.875,00	67,61%
Serviços - Pessoa Física	22.742,00	14.705,50	54,65%
Serviços - Pessoa Jurídica	32.491.310,40	25.114.237,87	29,37%
Depreciação	2.457.671,55	2.862.974,80	-14,16%
Amortização de Intangível	3.436.176,82	613.497,43	460,10%
TOTAL	**39.960.126,20**	**30.201.265,40**	**32,31%**

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f319

Fonte: Sistema e-Fisco

3.4.2.4 - Transferências e Delegações Concedidas

A seguir é apresentado o detalhamento da despesa com transferências e delegações concedidas.

Transferências Concedidas	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Repasse Financeiro Concedido	6.050.911,62	6.193.253,68	-2,30%
Contribuições a Instituições da União	0,00	205.485,00	-100,00%
Contribuições a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos	0,00	17.939,83	-100,00%
Instituições sem Fins Luc. em Convênio de Colab. Téc. com TCE/PE	193.728,00	97.442,00	98,81%
TOTAL	**6.244.639,62**	**6.514.120,51**	**-4,14%**

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2021 houve um repasse ao Governo do Estado de R$ 6.050.911,62, fruto da negociação feita junto ao Governo do Estado envolvendo SEPLAG, SEFAZ e o TCE-PE com vistas ao pagamento do ressarcimento de servidores cedidos pelo TCE ao Poder Executivo Estadual, e ajustes ao orçamento de 2022.

As Contribuições a Instituições sem Fins Lucrativos em Convênio de Colaboração Técnica com TCE-PE refere-se ao convênio entre TCE, UFRPE e FADURPE, intitulado "um modelo de inovação para transformação digital do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco".

3.4.2.5 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

A seguir é apresentado o detalhamento da despesa com desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos.

Outras Desincorporações	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Outras Desincorporações	3.323,52	8.944,33	-62,84%
Reavaliação Diminutiva de Bens Imóveis	323.777,43	0,00	-
TOTAL	**327.100,95**	**8.944,33**	**3557,08%**

Fonte: Sistema e-Fisco

No exercício de 2021, todos os imóveis do TCE-PE foram reavaliados pelos servidores do Departamento de Administração e Infraestrutura. Alguns imóveis apresentaram valor contábil líquido superior ao valor justo evidenciado no laudo técnico de reavaliação, resultando no reconhecimento da variação patrimonial diminutiva.

O valor registrado como “Outras Desincorporações” no exercício de 2021 refere-se à baixa do valor residual de bens móveis, de acordo com os termos de baixa do Sistema de Controle Patrimonial (ASI).

3.4.2.6 - Tributárias

As despesas tributárias compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

A seguir é apresentado o detalhamento das despesas tributárias.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRAGA DOS RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://tce.tc.br/epaliDocExam Código do documento: 02563044-b11-436a-aecd-34fba019f319

Tributárias	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Taxa de Limpeza Urbana	132.511,02	127.099,18	4,26%
Taxa de Bombeiro	2.007,43	2.912,76	-31,08%
Contrib. Previdenciárias s/ Serv. Terc.	4.548,40	2.941,10	54,65%
Outras	270,93	1.640,86	-83,49%
TOTAL	**139.337,78**	**134.593,90**	**3,52%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.4.2.7 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores.

A seguir é apresentado o detalhamento das outras variações patrimoniais diminutivas.

Outras VPD's	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Condecorações	16.670,00	0,00	-
DEA - Indenizações e Restituições	105.213,57	0,00	-
Ressarcimento de Transporte	429.860,72	198.056,42	117,04%
Termo de Ajuste de Contas - TAC	76.010,03	314.587,36	-75,84%
Outras Indenizações e Restituições	1.676,89	73.212,49	-97,71%
VPD de Provisão para Perdas de Créditos	12.033.936,39	905.406,02	1229,12%
TOTAL	**12.663.367,60**	**1.491.262,29**	**749,17%**

Fonte: Sistema e-Fisco

A VPD de Provisão para Perdas de Créditos refere-se à estimativa de perdas na arrecadação das multas aplicadas pelo TCE-PE. A estimativa é calculada com base nas informações prestadas pelo Sistema de Controle de Débitos e Multas (CDM).

A despesa com Ressarcimento de Transporte é uma verba indenizatória do Programa por Quilômetro Rodado (PQR), nos termos da Portaria Normativa 54/2018 do TCE-PE..

A conta de DEA - indenizações e restituições refere-se à verba indenizatória do Programa por Quilômetro Rodado (PQR).

3.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

No exercício de 2021, só houve movimentação nos fluxos de caixa operacional e de investimentos.

O saldo final no exercício de 2021 de Caixa e Equivalente de Caixa foi de R$ 182.228.745,30. Desse valor, R$ 9.342.872,71 são recursos comprometidos por liquidação e entradas compensatórias.

3.5.1 - Fluxo de Caixa Operacional

A seguir é apresentado um quadro comparativo do Fluxo de Caixa Operacional.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam?codigo do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f319

Fluxo de Caixa Operacional	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
INGRESSOS	**473.220.434,32**	**448.314.826,97**	5,56%
Receitas Derivadas e Originárias	**14.731.034,32**	**6.429.926,93**	129,10%
Receita Patrimonial	2.540.002,54	0,00	-
Receita de Serviços	9.775,00	10.362,50	-5,67%
Remuneração das Disponibilidades	7.283.615,81	3.231.056,12	125,43%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	4.897.640,97	3.188.508,31	53,60%
Transferências Correntes Recebidas	**458.489.400,00**	**441.884.900,04**	3,76%
Duodécimo	458.489.400,00	441.884.900,04	3,76%
DESEMBOLSOS	**436.054.439,12**	**410.704.684,66**	**6,17%**
Pessoal e Demais Despesas	429.809.799,50	404.190.564,15	6,34%
Transferências Concedidas	6.244.639,62	6.514.120,51	-4,14%
FC LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**37.165.995,20**	**37.610.142,31**	**-1,18%**

Fonte: Sistema e-Fisco

As Outras Receitas Derivadas e Originárias referem-se ao recebimento de Créditos de Convênio de Pessoal e a arrecadação de multas aplicadas pelo TCE-PE.

As Transferências Correntes Recebidas referem-se ao repasse do Duodécimo.

Os desembolsos de Transferências Concedidas tiveram como beneficiários entidades públicas ou entidades sem fins lucrativos.

3.5.2 - Fluxo de Caixa de Investimento

Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

A seguir é apresentado um quadro comparativo do Fluxo de Caixa de Investimento.

Fluxo de Caixa de Investimento	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
INGRESSOS	**-**	**-**	**0,00%**
Alienação de Ativo Não Circulante	**-**	-	**0,00%**
DESEMBOLSOS	**2.998.280,83**	**1.729.000,92**	**73,41%**
Aquisição de Ativo Não Circulante	2.998.280,83	1.729.000,92	**73,41%**
FC LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.998.280,83)**	**(1.729.000,92)**	**73,41%**

Fonte: Sistema e-Fisco

3.5.3 - Fluxo de Caixa de Financiamento

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

No exercício de 2021 não houve operações que impactam o fluxo de caixa de financiamento.

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f319

4.0 Encerramento

Finalizados os trabalhos de prestação de contas do exercício de 2021, da Unidade Gestora 2000 Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Recife, 22 de fevereiro de 2022.

ANDRÉ RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA
CONTADOR - CRC-PE 16.082/O

Documento Assinado Digitalmente por: RANILSON BRANDAO RAMOS, Andre Ricardo Batista de Barros e Silva
Acesse em: https://e.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 0256104a-1b11-436a-aecd-3449a019f319